



Agenda

() 1 Contexto atu

- 02 Matriz regulatória
- O3 Panorama global e context brasileiro
- 04 Medição inteligente e Telecom
- 05 Caminhos Regulatórios

Contexto Atual



RED já estão inseridos na rede de distribuição, ocasionando*:

Piora na regulação de tensão e controle do fator de potência

Sobrecarga de ativos / extrapolação de limites

Inversão de fluxo em alimentadores e transformadores

Impactos diferentes em áreas urbanas densas e rurais



Desafios

Limitações de recursos

- Sem mecanismos regulatórios para controle de MMGD
- Baixa observabilidade em MT/BT
- ADMS/DERMS iniciais

Condições específicas

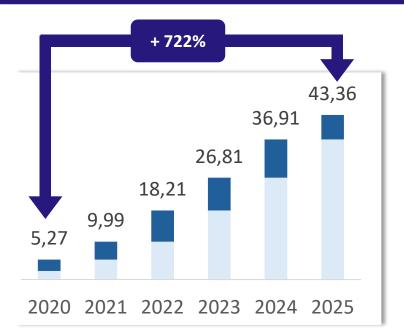
- Predomínio de MMGD solar
- Impacto maior em redes rurais
- Telemetria ainda voltada só a faturamento

O problema não é futuro: as distribuidoras brasileiras já enfrentam inversão de fluxo, sobretensão e sobrecarga de transformadores — mas sem instrumentos regulatórios para atuar

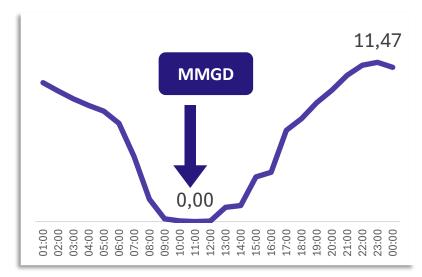
Contexto Atual



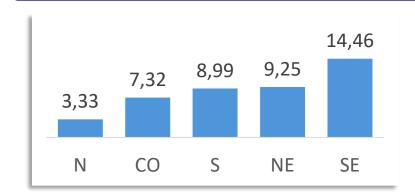
Crescimento da MMGD Brasil - GW



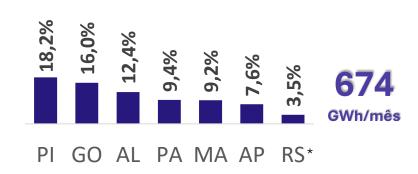


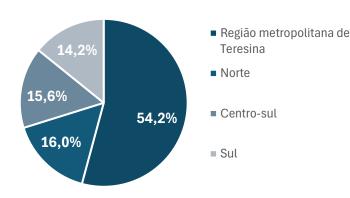


Volume MMGD por região 2025 - GW



Consumo atendido pela injeção da MMGD EQTL – jul/25





Implicações

Inversão de fluxo

EQTL PI

- Concentração da MMGD disforme
- Regulação atua ainda como se o sentido do fluxo permanecesse apenas T-D

Ex.: contratos de MUST não preveem possibilidade de corte de geração tipo III nem de MMGD

Panorama global mostra diferentes estágios de maturidade regulatória

Reino Unido (2015) **Suécia (2018)** Texas (2000s) Distribuidoras DSO neutro com Mercado mercados locais de liberalizado com contratam flexibilidade já flexibilidade para DSO garantindo operando reduzir picos de acesso sem papel demanda comercial **Muito evoluido** Muito evoluído Moderado Menos evoluído Moderado/alto Moderado Califórnia (2020) **Espanha** (2013) Austrália (2017) REDs participam de Incentivos ao Alta penetração todos os mercados; solar, mas regulação autoconsumo distribuidoras estabelecidos, mas incipiente papel de DSO ainda contratam

pouco definido

flexibilidade

ativamente





Brasil: Contexto único exige soluções adaptadas

Países avaliados

Brasil

Dimensão territorial Mercados compactos

País continental, concessões complexas

Condições socioeconômicas

Maior poder de investimento

Menor poder aquisitivo, renda mais baixa

Infraestrutura

Dados em tempo real, banda larga robusta Conectividade desigual, medição inteligente incipiente

Arranjo institucional

Papéis de TSO e DSO separados Distribuidoras acumulam funções, sem "DSO neutro" Regulação flexível e adaptativa

Necessidade de modelos inclusivos

Telecom e medição são pré-requisitos

ANEEL precisa definir fronteiras regulatórias

Medição inteligente e TELECOM



Penetração de smart meters

- Brasil (~5,6%, 4 milhões de 90 milhões de consumidores)
- Copel (1 milhão instalados)
- América Latina (14 mi \rightarrow 43 mi até 2029)
- América do Norte (>80% → 94% até 2029)

Cobertura de telecom

- 4G cobre 96% da população mas só 70% do território
- 5G em +7.000 municípios mas restrito a áreas urbanas
- Fibra cobre 63% dos domicílios, desigual no interior
- Latência média Brasil >40 ms vs. 10–15 ms em países líderes

Benchmarks internacionais

- Reino Unido (FTTH 57% → 96% em 2027)
- Espanha (>90% fibra)
- Califórnia (5G >95%)
- Suécia (meta 100% gigabit até 2025)



Consulta Pública MME nº 198/2025

Problema regulatório: falta de diretrizes claras para implantação de medidores inteligentes.

Alternativas consideradas:

A0: não fazer nada no curto prazo.

A1: instalação obrigatória de 4% das UCs (alternativa escolhida).

A2: instalação opcional de até 4%.

Impacto tarifário estimado (A1): aumento médio de 0,93%, variando entre 0,55% e 1,26%.

Riscos mapeados: aumento tarifário, capacidade de fabricação e mão de obra, adaptação dos consumidores, implementação ineficiente.

Mitigações: uso de recursos do PEE, planejamento de *roll-out*, campanhas de comunicação, capacitação profissional.

Oportunidade: definição de funcionalidades mínimas dos medidores inteligentes



Matriz Regulatória

Instrumento	Situação atual	Mudança necessária
Lei 14.300	Compensação, não trata de controle	Incluir previsão legal para controle de GD
REN 1.059/23 + REN 1.000/21	Foco em faturamento, não em despacho	Inserir deveres de controle de GD
PRODIST – Módulo 3	Regras básicas de conexão	Estabelecer requisitos mínimos de telemetria
Procedimentos de Rede (ONS)	Não considera REDs via DSO	Criar submódulo ONS-DSO-RED
Instrumentos de mercado	Não existem	Regulamentar mercados/chamadas locais de flexibilidade
Arranjo institucional	Distribuidoras acumulam funções	Definir DSO neutro



Caminhos Regulatórios



Curto prazo

Médio prazo

Longo prazo

Regulamentação foca em aspectos comerciais de conexão e faturamento

Previsibilidade de telemetria mínima e remuneração adequada. Ajustes
PRODIST/Procedimentos
de rede e regras dos
serviços de transmissão
para implementar primeiras
chamadas de flexibilidade

Encontrar caminhos para maior observabilidade do sistema, controle e consequentemente de segurança para o SIN Consolidação do DSO neutro, integração com ONS e mercados locais de flexibilidade

Contatos

- enio.leal@equatorialenergia.com.br
- linkedin.com/in/ênio-leal

Obrigado!